

AUTOS Nº 0025694-30.2022.8.16.0017 – 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

MM. Juiz:

1. Do que se extrai dos autos, a discussão quanto à participação de certos credores na assembleia-geral encontra-se superada pela decisão proferida em mov. 332, pela qual a análise de eventuais incorreções quanto aos créditos arrolados ficou relegada para o incidente apropriado, no caso, eventual impugnação ao quadro-geral.

Frise-se que não há comprovação cabal de que os aludidos créditos foram de fato quitados, havendo, ao contrário, comportamento que denota a existência de tais créditos, haja vista que os respectivos titulares efetivamente participaram da assembleia-geral, exercendo seu direito a voto.

Também não há elementos que autorizem, neste momento, invalidar o voto dos credores que foram favoráveis ao plano como pretende outro credor em mov. 348, máxime porque não há prova de que receberam seus créditos de forma estranha à recuperação judicial.

Portanto, em relação aos aludidos créditos questionados, nada há que se manifestar.

2. O momento processual da presente recuperação judicial é de análise da concessão ou não da recuperação judicial, na forma alternativa prevista no art. 58, § 1º, da Lei 11.101/2005 (*cram down*).

Embora a questão envolva faculdade do juiz, entende-se crível a oitiva do administrador judicial acerca da possibilidade de aplicação do “*cram down*”.

A análise de mostra recomendável sobretudo diante das questões levantadas pelos credores discordantes (movs. 348 e 351), notadamente quando alegam a insuficiência de capacidade econômico-financeira da devedora para suportar o cumprimento do plano de recuperação judicial, inclusive com informações fornecidas pelo administrador judicial.

Desta forma, requer-se a intimação do administrador judicial para apresentar parecer acerca da aplicação do *cram down*.

3. Protesto por oportuna vista.

É o parecer.

FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA



Promotor de Justiça